



MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS

**PARECER Nº** 13/2018-SEI-DREI/SEMPE  
**PROCESSO Nº** 52700.100355/2018-41  
**INTERESSADO:** JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

**ASSUNTO:** Recurso ao Ministro interposto pela sociedade empresária ALL SPORT MAGAZINE LTDA.-EPP contra decisão do Plenário de Vogais da Junta Comercial do Estado de São Paulo (ALL SPORTS INSIDE LTDA.-ME).

I. Nome Empresarial – Não Colidência:  
Quando contiverem expressões de uso comum ou vulgar, elas não podem ser consideradas exclusivas.

II. Pelo conhecimento e não provimento do recurso.

Senhor Consultor Jurídico,

1. Versa o presente processo sobre Recurso ao Ministro interposto pela sociedade empresária ALL SPORT MAGAZINE LTDA.-EPP, contra a decisão do Egrégio Plenário da Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP, que deliberou pelo não provimento do Recurso ao Plenário nº 990.239/15-9, por entender que não há colidência entre os nomes empresariais comparados mantendo o arquivamento dos atos constitutivos da empresa recorrida.

2. Origina o presente processo com Recurso ao Plenário apresentado pela empresa ALL SPORT MAGAZINE LTDA.-EPP, em fase da decisão singular que concedeu o arquivamento dos atos constitutivos da empresa ALL SPORTS INSIDE LTDA.-ME, sob a alegação da existência de colidência entre os nomes empresariais.

3. A Procuradoria da Junta Comercial do Estado de São Paulo, mediante o Parecer CJ/JUCESP nº 245/2017 (fls. 51 a 55 do Anexo Recurso ao Plenário), entendeu que:

(...)

7- Neste caso, a ALL SPORTS MAGAZINE LTDA pretende provimento de seu recurso, para o cancelamento do ato de constituição de ALL SPORTS INSIDE LTDA, porque as denominações seriam colidentes.

8- Sem embargo, constata-se que os núcleos das denominações das sociedades interessadas são compostos por expressões de uso comum e denominações genéricas de atividade, não suscetíveis de exclusividade segundo o art. 9º, alíneas "a" e "d", acima transcrito, o que submete a análise da colidência ao cotejo das denominações por inteiro, conforme disposto no art. 8º, II, alínea "a", também acima transcrito.

9- Observa-se que o núcleo das denominações compartilham o segmento "ALL SPORTS", expressão de uso comum do vocábulo inglês, significado "todos os esportes."

10- Neste sentido, nota-se que os elementos acrescidos aos núcleos das denominações, a saber, MAGAZINE LTDA e INSIDE LTDA, as individualizam, visto que não apresentam semelhança capaz de gerar confusão, em estrita conformidade com o artigo 6º, §1º, também

acima transcrito.

11- Analisando-se as atividades econômicas desenvolvidas, verificamos que a recorrente e a recorrida atuam em ramos distintos, conforme se vê a seguir:

**a recorrente:** "*Comércio varejista de artigos do vestuário-exclusive profissionais e para segurança no trabalho.*"

**a recorrida:** "*Comércio varejista de artigos esportivos.*"

12- Posto isso, não reconhecemos a semelhança das denominações sociais, considerando que os núcleos não são suscetíveis de exclusividade, bem como a análise dos nomes empresariais completos, onde se pode constatar a existência de outros elementos diferenciais, que afastam a possibilidade de se admitir a alegada colidência, além da atuação em ramos distintos. Por isso, as denominações sociais podem coexistir perfeitamente, sem provocar erro ou confusão na identificação das sociedades mercantis em questão.

13- Por fim, opinamos no sentido de **negar provimento ao recurso protocolado.**

4. Submetido o processo a julgamento, o Eg. Plenário da JUCESP, em sessão realizada no dia 19 de abril de 2017, deliberou, por unanimidade, pelo não provimento do recurso, por entender que não há colidência entre os nomes empresariais comparados (fls. 61 a 63 do Anexo Recurso ao Plenário).

5. Irresignada com a r. decisão, a empresa recorrente interpõe, tempestivamente <sup>[1]</sup>, recurso a esta instância superior.

6. Devidamente notificada a empresa recorrida não apresentou suas contrarrazões (fls. 22 a 27 do Anexo Recurso ao Ministro).

7. Notificada a se manifestar, a Procuradoria da JUCESP reiterou os termos do Parecer CJ/JUCESP nº 245/2017 (fl. 29 do Anexo Recurso ao Ministro).

8. A seu turno, os autos do processo foram remetidos à consideração deste Departamento de Registro Empresarial e Integração - DREI.

9. Objetiva o presente recurso reformar a decisão do Eg. Plenário da JUCESP, que entendendo pela inexistência da identidade ou semelhança entre os nomes empresariais, negou provimento ao apelo.

10. Assim, importante ressaltar que, para o esclarecimento da questão relativa aos nomes iguais ou semelhantes, há que se observar a Instrução Normativa DREI nº 15, de 5 de dezembro de 2013, aplicando-se, para o caso em tela o art. 8º, inciso II, alínea "a" c/c art. 9º, alínea "c", que dispõem:

Art. 8º Ficam estabelecidos os seguintes critérios para a análise de identidade e semelhança dos nomes empresariais, pelos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM:

(...)

II - entre denominações:

a) consideram-se os nomes por inteiro, quando compostos por expressões comuns, de fantasia, de uso generalizado ou vulgar, ocorrendo identidade se homógrafo e semelhança se homófonos;

Art. 9º Não são exclusivas, para fins de proteção, palavras ou expressões que denotem:

(...)

c) termos técnicos, científicos, literários e artísticos do vernáculo nacional ou estrangeiro, assim como quaisquer outros de uso comum ou vulgar.

11. No campo do nome empresarial, a apreciação da colidência, examinada pela Junta Comercial, tanto na hipótese dos nomes completos, como das expressões de fantasia ou características, deve cingir-se ao aspecto formal e aparente, vez que a existência do erro ou confusão não se vincula ao gênero de comércio ou indústria, embora possa influir como agravante dessa condição.

12. No caso concreto, comparando-se os nomes:

ALL SPORT MAGAZINE LTDA.- EPP

e

ALL SPORTS INSIDE LTDA.-ME.

Temos que:

- a) não são iguais, por não serem homógrafos;
- b) não são semelhantes, por não serem homófonos.

13. Aplica-se, pois a hipótese prevista no art. 8º, inciso II, alínea “a” c/c art. 9º, alínea “c” da Instrução Normativa mencionada, vez que as expressões preponderantes, “ALL SPORT” e “ALL SPORTS”, integrantes dos nomes empresariais da recorrente e recorrida, respectivamente, não podem ter seu uso tomado como exclusivo, pois tratam-se de palavras de uso comum ou vulgar do vocábulo inglês<sup>[2]</sup> e, por consequência, de livre escolha.

14. Assim sendo, a análise é feita considerando-se os nomes por inteiro, em que se pode constatar a existência de outros elementos diferenciais, que afastam qualquer possibilidade de se admitir a alegada colidência. Por isso, as denominações sociais podem coexistir perfeitamente, sem provocar erro ou confusão na identificação das sociedades mercantis em questão.

15. Nem mesmo a alegação da recorrente de possuir o registro de marca gera a exclusividade perante o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins, que trata da proteção ao nome empresarial, estando a questão sobre marca afeta ao INPI - Instituto Nacional de Propriedade Industrial.

16. Dessa forma, considerando os elementos de fato e de direito constantes deste processo, implicam concluir-se pela inexistência de identidade ou semelhança dos nomes empresariais por inteiro, a ponto de gerar erro ou confusão na identificação das sociedades, opinamos pelo CONHECIMENTO DO RECURSO e POR SEU NÃO PROVIMENTO, mantendo, por conseguinte, a decisão do Plenário da Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP.

17. De ordem. Encaminhe-se os autos à Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços para análise e manifestação, com posterior devolução a este

Departamento.

18. Anexos:

- a) Recurso ao Ministro 995038/17-0 (30 folhas);
- b) Recurso ao Plenário 990239/15-9 (70 folhas);
- c) Análise Preliminar (2 folhas);

(assinado eletronicamente)  
Amanda Mesquita Souto  
Coordenadora  
DREI/SEMPE/MDIC

---

[1] Art. 50. Todos os recursos previstos nesta lei deverão ser interpostos no prazo de 10 (dez) dias úteis, cuja fluência começa na data da intimação da parte ou da publicação do ato no órgão oficial de publicidade da junta comercial (Lei nº 8.934, de 1994).

A recorrente foi notificada, via AR, em 23 de junho de 2017 (fl. 69 do Anexo Recurso ao Plenário) e interpôs o recurso em 6 de julho de 2017 (fl. 02 do Recurso ao Ministro), estando portanto tempestivo .

[ 2 ] All sports substantivo, plural todos os esportes. Disponível em: <https://www.linguee.com/ingles-portugues/traducao/all+sports.html>

All: tudo, totalidade, todo (s). (Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/moderno-ingles/busca/ingles-portugues-moderno/all/>).

Sport: esporte (Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/moderno-ingles/busca/ingles-portugues-moderno/Sport/>).



Documento assinado eletronicamente por **Amanda Mesquita Souto, Coordenador(a)**, em 06/02/2018, às 15:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.mdic.gov.br/validador>, informando o código verificador **0257081** e o código CRC **6BDC8D36**.